

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da Promotiva S.A. relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas das respectivas notas explicativas.
A Promotiva é uma companhia de capital fechado que tem como objetivo social a prestação de serviços de promoção de vendas e/ou representação comercial de consórcios, seguridade, capitalização, créditos para

celular e outros serviços e produtos financeiros no País, a operacionalização de contratos e convênios de prestação de serviços; prestação de serviços de gestão comercial, de assessoria e mercadológica, assessoria técnica e administrativa na área financeira; prestação de serviços de correspondente; participação em outras sociedades e execução de quaisquer outras atividades que se relacionem com o seu objeto social.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Promotiva registrou lucro líquido de R\$ 35.891 mil, alta de 6,0% sobre o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. A alta é decorrente principalmente da maior

geração de receitas de serviços e comissões e receitas financeiras em 2021.
A administração da Promotiva S.A. agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 15 de março de 2022.
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

| | Nota | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|--|------|----------------|----------------|
| ATIVO CIRCULANTE | | 153.636 | 122.619 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 752 | 66 |
| Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes | 6 | 80.359 | 54.803 |
| Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado | 7 | 33.824 | 30.266 |
| Ativos fiscais correntes | 8a | 38.260 | 37.441 |
| Outros ativos | | 441 | 43 |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | | 9.213 | 8.821 |
| Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes | 6 | - | 674 |
| Ativos fiscais diferidos | 8b | 9.050 | 7.933 |
| Ativo imobilizado (Ativos tangíveis) | 9 | 163 | 214 |
| TOTAL DO ATIVO | | 162.849 | 131.440 |

| | Nota | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|-------------------------------|------|----------------|----------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | | 38.936 | 35.644 |
| Provisões para contingências | 18a | 97 | - |
| Passivos fiscais correntes | 10a | 2.209 | 3.417 |
| Outros passivos | 11 | 36.630 | 32.227 |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | | 3.051 | 2.301 |
| Outros passivos | 11 | 3.051 | 2.301 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 120.862 | 93.495 |
| Capital social | 12a | 67.269 | 48.662 |
| Reservas | | 53.593 | 46.833 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 162.849 | 131.440 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

| EVENTOS | Nota | Capital social | | | Reservas de lucros | | | Lucros acumulados | Total |
|---------------------------------|------|-------------------|---------------|-----------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------|
| | | Capital realizado | Reserva legal | Outras reservas | Reserva legal | Reserva de lucros | Reserva de lucros | | |
| Saldos em 31.12.2019 | | 29.570 | 3.927 | 34.184 | - | - | - | 67.681 | |
| Aumento de capital | 12a | 17.092 | - | (17.092) | - | - | - | - | |
| Lucro líquido do período | | - | - | - | - | - | 33.855 | 33.855 | |
| Destinações: | | | | | | | | | |
| Reserva legal | 12b | - | 1.693 | - | - | - | (1.693) | - | |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 12c | - | - | - | - | - | (8.041) | (8.041) | |
| Reserva estatutária | | - | - | 24.121 | - | - | (24.121) | - | |
| Saldos em 31.12.2020 | | 46.662 | 5.620 | 41.213 | - | - | - | 93.495 | |
| Mutações do período | | 17.092 | 1.693 | 7.029 | - | - | - | 25.814 | |
| Saldos em 31.12.2021 | | 46.662 | 5.620 | 41.213 | - | - | - | 93.495 | |
| Aumento de capital | 12a | 20.607 | - | (20.607) | - | - | - | - | |
| Lucro líquido do período | | - | - | - | - | - | 35.891 | 35.891 | |
| Destinações: | | | | | | | | | |
| Reserva legal | 12b | - | 1.795 | - | - | - | (1.795) | - | |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 12c | - | - | - | - | - | (8.524) | (8.524) | |
| Reserva estatutária | | - | - | 25.572 | - | - | (25.572) | - | |
| Saldos em 31.12.2021 | | 67.269 | 7.415 | 46.178 | - | - | - | 120.862 | |
| Mutações do período | | 20.607 | 1.795 | 4.965 | - | - | - | 27.367 | |

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. A PROMOTIVA E SUAS OPERAÇÕES
A Promotiva S.A. (Companhia, instituição ou entidade) é uma companhia de capital fechado que tem como objetivo social a prestação de serviços de promoção de vendas e/ou representação comercial de consórcios, seguridade, capitalização, créditos para celular e outros serviços e produtos financeiros no País; a operacionalização de contratos e convênios de prestação de serviços; prestação de serviços de gestão comercial, de assessoria e mercadológica, assessoria técnica e administrativa na área financeira; prestação de serviços de correspondente; participação em outras sociedades e execução de quaisquer outras atividades que se relacionem com o seu objeto social.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro (Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim), inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
a) Declaração de conformidade
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas conforme as disposições previstas na legislação societária vigente, tendo a sua base de preparação as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Pequenas e Médias Empresas (PME).
Conforme IAS 1, as operações cujo vencimento é inferior a 12 meses estão apresentadas nas notas explicativas como ativo ou passivo "circulante" e as operações com vencimento superior a 12 meses são apresentadas como "não circulante", exceto os impostos diferidos (ativos e passivos) que devem ser classificados como "não circulante".
b) Base de reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas regulares de instrumentos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.
Os ativos financeiros são revertidos/baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa expiram ou quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, de tal forma que justifique a reversão. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.
Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentadas na Demonstração do resultado em Receitas/despesas financeiras no exercício em que ocorrem.
O valor justo dos ativos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e venda. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recém contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado dependendo do mínimo possível de informações geradas pela Administração.
c) Moeda funcional e moeda de apresentação
As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
d) Estimativas contábeis e julgamentos
A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamentos na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Companhia são detalhadas na nota explicativa 4.
e) Autorização das demonstrações contábeis
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 15 de março de 2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.
a) Apuração do resultado
As receitas são reconhecidas de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ou CPC 48 - Instrumentos Financeiros, de acordo com a natureza de prestação de serviço ou rendimento de instrumento financeiro.
As despesas são reconhecidas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem, seguindo o conceito das normas aplicáveis.
As Receitas e as despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam remuneração são reconhecidas no resultado do período de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 48, pela taxa efetiva de juros.
As Receitas de serviços providas de contratos com clientes são reconhecidas de acordo com os princípios descritos no CPC 47, pelo valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca dessas produtos ou serviços.
O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:
i. Identificação do contrato;
ii. Identificação das obrigações de desempenho;
iii. Determinação do preço da transação;
iv. Alocação do preço da transação; e
v. Reconhecimento da receita.
Despesas com serviços prestados e comissões pagas são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.
Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo CPC 47 e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do CPC 48, no resultado de forma diferida pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e outras aplicações, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.
c) Ativos e passivos financeiros
De acordo com o CPC 48, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.
Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:
i. Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
ii. Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo;
iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA);
iv. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
v. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
vi. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo;
vii. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.
A classificação contábil depende tanto da definição do Modelo de Negócios quanto do atendimento ao teste SPPI (Solely Payments of Principal and Interest - Somente Pagamento de Principal e Juros).
O teste de SPPI evidencia se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamentos de principal e juros sobre o montante principal em aberto. Esta avaliação é baseada na análise de performance e nos termos do ativo financeiro. Deste modo, é necessário avaliar se os ativos financeiros incluem termos contratuais que podem afetar significativamente os fluxos de caixa contratuais futuros.
Os modelos de negócios da entidade refletem como um ativo financeiro ou grupos de ativos financeiros são gerenciados para se alcançar um objetivo de negócio. Sendo assim, a classificação dos modelos de negócios dos ativos financeiros da entidade é feita conforme cada produto ou carteira de produtos é gerenciado, conforme requerido pelo CPC 48 e descrito a seguir:
• Modelo de negócio cujo o objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais (custo amortizado); nesse modelo os ativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.
• Modelo de negócio cujo o objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros (valor justo por meio de outros resultados abrangentes); nesse modelo os ativos são mensurados ao valor justo, ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e juros) são reconhecidos no Patrimônio Líquido.
• Outros modelos de negócio: nesse modelo são classificados os ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo no resultado, sendo mensurados ao valor justo, ganhos e perdas não reconhecidos diretamente no resultado.
A classificação contábil segue o modelo de negócio atribuído, a menos que o instrumento não atenda ao Teste de SPPI. Os ativos financeiros que não passam no teste de SPPI não podem ser mensurados por meio de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, devendo ser obrigatoriamente mensurados por meio do valor justo por meio de resultado (marcação a mercado no resultado).
Os ativos podem ser mensurados como custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado:
• Custo amortizado: A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da apropriação (accrued) dos juros do ativo financeiro no resultado.
• Valor justo por meio de Outros resultados abrangentes (VJORA): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes".
• Valor justo por meio do resultado (VJR): A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no resultado.
d) Ativos e passivos tributários
O Imposto de Renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% e a Contribuição Social foi apurada com base na alíquota de 9%, ambas, aplicáveis ao Lucro tributável. A constituição do ativo tributário diferido do Imposto de Renda e da Contribuição Social está fundamentada em estudo técnico comprobatório da capacidade de sua realização preparado pela Administração.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

| | Nota | Exercício/2021 | Exercício/2020 |
|---|-----------|----------------|----------------|
| Receitas | | 92.787 | 79.433 |
| Receitas de prestação de serviços | 13 | 89.533 | 79.476 |
| Receitas financeiras | 6b | 3.157 | 1.080 |
| Outros resultados operacionais | 16 | 97 | (1.123) |
| Insumos adquiridos de terceiros | | (4.979) | (675) |
| Manutenção e conservação de bens | 15 | (157) | (92) |
| Publicação, propaganda e publicidade | 15 | (100) | (82) |
| Processamento de dados | 15 | (1.871) | (143) |
| Serviços técnicos especializados | 15 | (932) | (108) |
| Outros | 15 | (1.919) | (250) |
| Valor adicionado bruto | | 87.808 | 78.758 |
| Despesas de amortização/depreciação | 15 | (51) | (55) |
| Valor adicionado líquido produzido pela entidade | | 87.757 | 78.703 |
| Valor adicionado a distribuir | | 87.757 | 78.703 |
| Valor adicionado distribuído | | 87.757 | 78.703 |
| Contribuições filantropicas | 15 | 600 | 0,68% |
| Pessoal | | 13.980 | 15,93% |
| Salários e honorários | 14 | 10.209 | 6.996 |
| Participação nos lucros e resultados | 14 | 1.573 | 1.187 |
| Benefícios, treinamentos e outros | 14 | 1.495 | 1.168 |
| FGTS | | 703 | 512 |
| Impostos, taxas e contribuições | | 36.649 | 41,76% |
| Federais | | 29.226 | 26.650 |
| Municipais | | 7.423 | 6.302 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | 637 | 0,73% |
| Aluguéis | 15 | 637 | 799 |
| Remuneração de capitais próprios | | 35.891 | 40,90% |
| Dividendos | | 8.524 | 8.041 |
| Lucro retido | | 27.367 | 25.814 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

O PIS (Programa Integração Social) foi apurado com base nas alíquotas de 0,65% e 1,65% (regime não cumulativo), aplicáveis sobre as receitas financeiras e demais receitas auferidas pela Companhia, respectivamente, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.
A COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) foi apurada com base na alíquota de 4% e 7,6% (regime não cumulativo), aplicáveis sobre as receitas financeiras e demais receitas auferidas pela Companhia, respectivamente, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.
Ativos contábeis geralmente decorrem de eventos não planejados ou outros eventos inesperados que originam a possibilidade de um fluxo de entrada de benefícios econômicos à entidade. Ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, pois isso pode resultar no reconhecimento de receita que pode nunca ser realizada. Entretanto, quando a realização da receita for praticamente certa, então o respectivo ativo não é um ativo contingente e seu reconhecimento é efetuado.
Outros ativos e outros passivos
Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Outros passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base *pro rata die*).
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável e baixa - Aplicação geral
O modelo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros prevê a constituição de provisão como perdas de crédito esperadas para 12 meses ou perdas de crédito esperadas para a vida inteira do contrato. Essa segregação se dá pela segregação das carteiras em estágios, a migração de estágios ocorre em função do aumento/diminuição significativa no risco de crédito dos instrumentos.
Em relação a ativos não financeiros, o teste de perda por redução ao valor recuperável é realizado no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na rubrica "Outros resultados operacionais".
Uma vez que a provisão para perda por imparidade atingir 100% do custo do ativo e for constatada a inexistência de benefícios econômicos futuros, seja por obsolescência, descontinuidade de uso ou quando não houver, sob quaisquer circunstâncias, a capacidade de mensurar com confiabilidade tais benefícios econômicos, o ativo é baixado.

Principais normas e interpretações que entraram em vigor em 2021
• **Alterações no IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 - Fase 2** - Estas alterações envolvem ativos e passivos financeiros indexados a taxas de juros utilizadas como referências de mercado - IBOR (*Interbank Offered Rate*), por exemplo LIBOR e EURIBOR. As alterações realizadas pelo IASB têm por objetivo endereçar o tratamento para a modificação de ativos e passivos financeiros referenciados em tais taxas e orientar sobre divulgações adicionais necessárias caso a reforma das taxas de juros de referência produzam impactos aos instrumentos financeiros da entidade. A situação de contratos que possam sofrer alterações em decorrência da reforma das taxas de juros de referência é monitorada internamente e eventuais modificações serão tratadas conforme a nova redação das referidas normas. Essas alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e não foram observados impactos sobre a Companhia.
Principais normas e interpretações que entrarão em vigor em períodos futuros
• **Ciclo de aprimoramentos anuais 2018-2020** - As alterações emitidas pelo IASB contemplam as seguintes normas: (i) IFRS 9 - esclarece quais taxas pagas ou recebidas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros, (ii) IFRS 16 - altera o exemplo 13 ao excluir o reembolso pago pelo arrendador ao arrendatário a título de incentivo e (iii) IFRS 1 - flexibiliza procedimentos que uma subsidiária poderá aplicar ao adotar o IFRS pela primeira vez após a sua controladora. Estas alterações são aplicáveis para períodos iniciados em ou a partir de 01 de janeiro de 2022 e não são esperados impactos para a Companhia quando da sua adoção.
• **Alterações no IAS 37** - As alterações visam esclarecer os custos que a entidade deve considerar como custos para cumprimento de um contrato ao avaliar quando este contrato é oneroso. As alterações são efetivas a partir de 01 de janeiro de 2022 e não são esperados impactos quando da sua adoção, uma vez que a Companhia não possui contratos sob tais condições.
• **Alterações no IFRS 3** - As alterações visam alinhar as referências feitas à nova Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*), contemplando orientações para determinar quando uma provisão ou um passivo contingente existem na data da aquisição (de uma combinação de negócios). Estas alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após 01 de janeiro de 2022 e não são esperados impactos para a Companhia quando da sua adoção.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS
1) Principais estimativas contábeis e julgamentos realizados no uso destas estimativas, bem como na aplicação de políticas contábeis
A elaboração de Demonstrações Contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material nas demonstrações contábeis. Em atendimento às normas aplicáveis para Pequenas e Médias Empresas (PME), a Administração aplica em base continuada e com revisão periódica estimativas que afetam os montantes apresentados em nossas demonstrações contábeis, sendo que os resultados efetivamente incorridos podem ser divergentes das estimativas. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros
As exigências de provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros requerem um modelo de perda de crédito esperada considerando premissas, tais como:
• Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: A partir do acompanhamento de indicadores de risco de crédito, do monitoramento contínuo da situação financeira das contrapartes e de informações públicas consegue-se determinar se houve acréscimo ou decréscimo significativo no risco de crédito.
• Prazo: Considera-se o prazo máximo de contrato como tempo de exposição ao risco de crédito quando há uma data de vencimento definida, caso contrário estima-se a vida esperada do ativo financeiro conforme período de exposição ao risco de crédito.
• Informações prospectivas: Utilização de informações de caráter *forward looking*, como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.
• Cenários de perda ponderados pela probabilidade: Utilização de cenários macroeconômicos imparciais e ponderados para estimar a perda esperada em um horizonte de tempo adequado.
2) Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos (créditos tributários)
A realização de ativos fiscais diferidos está suportada pelas projeções orçamentárias da Companhia, devidamente aprovadas pelos órgãos de Governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico (como inflação e taxa de juros), desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.
3) Valor justo dos instrumentos financeiros
São aplicadas técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

2) Outras informações relevantes
a) Efeitos decorrentes da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis e impactos na Companhia
Os principais efeitos e impactos decorrentes da COVID-19 sobre as Demonstrações Contábeis deste período estão descritos a seguir e, quando aplicável, nas notas explicativas às linhas do Balanço que foram afetadas.
• **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de títulos e valores mobiliários (Títulos de dívida mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes)**
Não houve impacto significativo em provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários em decorrência da pandemia.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

| | Nota | Exercício/2021 | Exercício/2020 |
|--|-----------|-----------------|-----------------|
| Receitas de serviços e comissões | 13 | 89.533 | 79.476 |
| Impostos sobre serviços | | (7.409) | (6.302) |
| LUCRO BRUTO | | 82.124 | 73.174 |
| Despesas de pessoal | 14 | (16.215) | (11.371) |
| Outras despesas administrativas | 15 | (6.267) | (2.763) |
| Despesas tributárias | 10b | (8.568) | (7.538) |
| Outros resultados operacionais | 16 | 97 | (1.123) |
| RESULTADO ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS | | 51.171 | 50.379 |
| Receitas financeiras | 6b | 3.157 | 1.080 |
| RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO | | 54.328 | 51.459 |
| IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES | 17 | (18.437) | (17.604) |
| Impostos correntes | | (19.555) | (18.354) |
| Impostos diferidos | | 1.118 | 750 |
| LUCRO LÍQUIDO | | 35.891 | 33.855 |

RESULTADO POR AÇÃO

| | Nota | Exercício/2021 | Exercício/2020 |
|--|------|----------------|----------------|
| Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$ | | 7.178,20 | 6.771,00 |
| Quantidade média ponderada de ações (lote de mil) | 12a | 5.000 | 5.000 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

| | Exercício/2021 | Exercício/2020 |
|---|----------------|----------------|
| Lucro líquido do período | 35.891 | 33.855 |
| Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado: | - | - |
| Resultado abrangente total | 35.891 | 33.855 |

★ **continuação** NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Despesas tributárias

| | Exercício/2021 | Exercício/2020 |
|--------------|----------------|----------------|
| COFINS | (7.034) | (6.194) |
| PIS | (1.519) | (1.341) |
| Outras | (15) | (3) |
| Total | (8.568) | (7.538) |

11. OUTROS PASSIVOS

| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|--|---------------|---------------|
| Comissões de autônomos a pagar | 23.701 | 21.692 |
| Provisão para participação nos lucros e resultados | 375 | - |
| Provisão para despesas de pessoal | 5.806 | 4.452 |
| Obrigações legais (Nota 18c) | 209 | - |
| Valores a pagar a sociedades ligadas | 540 | - |
| Dividendos a pagar | 8.524 | 8.041 |
| Outros valores a pagar | 526 | 343 |
| Total | 39.681 | 34.528 |
| Passivo circulante | 36.630 | 32.227 |
| Passivo não circulante | 3.051 | 2.301 |

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
 O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 67.269 (R\$ 46.662 em 31 de dezembro de 2020), está representado por 5.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021, foi deliberado e aprovado o aumento de Capital Social mediante a incorporação da reserva estatutária no valor de R\$ 20.607, sem emissão de novas ações. Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de julho de 2020, foi deliberado e aprovado o aumento de Capital Social mediante a incorporação da reserva estatutária no valor de R\$ 17.092, sem emissão de novas ações.

b) Reserva de lucros
Reserva legal
 Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital social. A reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do Capital social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.
Reserva estatutária
 A Lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva Legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva estatutária", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

c) Dividendos
 Aos acionistas é assegurado dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido de cada período, deduzindo-se o montante destinado à Reserva legal (Lucro líquido ajustado). Em conformidade com as Leis nº 9.249/1995 e nº 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de dividendos. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia realizou as seguintes distribuições:

| | Exercício/2021 | | | | Data de pagamento |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|------------------------|
| | Valor (R\$ mil) | Valor por lote de mil ações - R\$ | Data-base da posição acionária | Data de base da posição acionária | |
| Dividendos | 8.524 | 1.704,80 | 31.12.2021 | 31.12.2022 | a pagar até 31.12.2022 |
| Total destinado aos acionistas | 8.524 | 1.704,80 | | | |

| | Exercício/2020 | | | | Data de pagamento |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|-------------------|
| | Valor (R\$ mil) | Valor por lote de mil ações - R\$ | Data-base da posição acionária | Data de base da posição acionária | |
| Dividendos | 8.041 | 1.608,20 | 31.12.2020 | 20.08.2021 | |
| Total destinado aos acionistas | 8.041 | 1.608,20 | | | |

| | Exercício/2021 | Exercício/2020 |
|---------------------------------|----------------|----------------|
| Lucro líquido do período | 35.891 | 33.855 |
| Reserva legal | (1.795) | (1.693) |
| Base de cálculo | 34.096 | 32.162 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 8.524 | 8.041 |
| Valor proposto | 8.524 | 8.041 |
| % sobre a base de cálculo | 25% | 25% |

13. RECEITA DE SERVIÇOS E COMISSÕES

| | Exercício/2021 | Exercício/2020 |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| Rendas de correspondente bancário | 418.890 | 360.109 |
| Comissões a autônomos | (329.357) | (280.633) |
| Total | 89.533 | 79.476 |

(1) Sobre as receitas de prestação de serviços, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 7.409 de despesas de ISS no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 6.302 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

14. DESPESAS DE PESSOAL

| | Exercício/2021 | Exercício/2020 |
|--------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Honorários | (1.009) | (780) |
| Benefícios | (1.283) | (1.030) |
| Encargos sociais | (2.938) | (2.020) |
| Proventos | (9.200) | (6.216) |
| Treinamento | (114) | (35) |
| Previdência privada complementar | (98) | (103) |
| Participação nos lucros e resultados | (1.573) | (1.187) |
| Total | (16.215) | (11.371) |

15. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | Exercício/2021 | Exercício/2020 |
|--|----------------|----------------|
| Aluguéis | (637) | (799) |
| Despesas de manutenção e conservação de bens | (157) | (92) |
| Despesas de processamento de dados | (1.871) | (1.43) |
| Despesas de promoções e relações públicas | (43) | (10) |
| Despesas de publicação, propaganda e publicidade | (100) | (82) |
| Despesas de serviços do sistema financeiro | (34) | (20) |
| Despesas de serviços técnicos especializados | (932) | (108) |
| Despesas de contribuições filantrópicas | (600) | (1.234) |
| Amortização | - | (1) |
| Depreciação | (51) | (54) |
| Outras (1) | (1.842) | (220) |
| Total | (6.267) | (2.763) |

(1) Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com a controladora.

16. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

| | Exercício/2021 | Exercício/2020 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Atualização de tributos pagos a maior | 405 | 381 |
| Perdas operacionais | - | (1.504) |
| Demandas fiscais | (211) | - |
| Demandas trabalhistas | (97) | - |
| Total | 97 | (1.123) |

17. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração das despesas de IR e CSLL

| | Exercício/2021 | Exercício/2020 |
|-------------------------------|-----------------|-----------------|
| Valores correntes | (19.555) | (18.354) |
| IR e CSLL no país - Correntes | (19.555) | (18.354) |
| Valores diferidos | 1.118 | 750 |
| Provisões passivas | 1.118 | 750 |
| Total | (18.437) | (17.604) |

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

| | Exercício/2021 | Exercício/2020 |
|--|-----------------|-----------------|
| Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro | 54.328 | 51.459 |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | (18.437) | (17.604) |
| Encargo total do IR (25%) e CSLL (9%) | (19.006) | (17.900) |
| Outros valores | 569 | 296 |

18. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
Ativos contingentes
 Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, que se enquadrem no disposto no CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Ações trabalhistas
 A Companhia é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam pedidos reclamados relacionados a comissões e participação nos resultados.

Ações fiscais
 A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN e PIS/Cofins. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais ou seguro garantia para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão. A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias - a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos.

Ações de natureza cível
 A Companhia é parte em processo judicial, envolvendo questões basicamente relacionadas às ações indenizatórias.

a) Provisões para demandas trabalhistas - Prováveis
 A Companhia constitui provisão para demandas trabalhistas com risco de perda "provável", quantificada utilizando metodologia individualizada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável) ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

Movimentações nas provisões classificadas como prováveis

| | Exercício/2021 | Exercício/2020 |
|----------------------|----------------|----------------|
| Saldo inicial | - | - |
| Constituições | 107 | - |
| Baixa por pagamento | (10) | - |
| Saldo final | 97 | - |

Cronograma esperado de desembolsos em 31 de dezembro de 2021

| | Trabalhistas |
|--------------|--------------|
| Até 5 anos | 97 |
| Total | 97 |

b) Passivos contingentes - Possíveis
 Os montantes evidenciados no quadro a seguir representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

| | 31.12.2021 | 31.12.2020 |
|----------------------|--------------|------------|
| Demandas fiscais (1) | 1.764 | - |
| Demandas cíveis (2) | 743 | 506 |
| Total | 2.507 | 506 |

(1) A principal discussão refere-se a cobrança de PIS/Cofins que teria sido recolhido a menor.
 (2) Referem-se, basicamente, às ações indenizatórias.

c) Obrigações Legais
 Em 31 de dezembro de 2021, a Promotiva mantém registrado na rubrica Outros passivos a obrigação legal no montante de R\$ 209 (em 31 de dezembro de 2020 não havia obrigações legais). A Companhia obteve liminar para assegurar que recolha o PIS e a COFINS sem a inclusão do ISS até o julgamento do processo, suspendendo-se a exigibilidade da referida parcela.

19. PARTES RELACIONADAS
 Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria:

| | Exercício/2021 | Exercício/2020 |
|---------------------------------|----------------|----------------|
| Honorários, pró-labore e outros | 1.009 | 780 |
| Gratificações | 1.378 | 1.338 |
| Encargos sociais | 617 | 593 |
| Total | 3.004 | 2.711 |

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Banco Votorantim, Conglomerado Banco do Brasil e a Votorantim S.A.

| | 31.12.2021 | | | |
|--|--------------------------|-----------------|-----------------------|-------|
| | Conglom. Banco do Brasil | Votorantim S.A. | Banco Votorantim S.A. | Total |

Ativos

| | | | | |
|-------------------------------|-----|---|--------|---------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 488 | - | 264 | 752 |
| Ativos financeiros | - | - | 46.706 | 46.706 |

Passivos

| | | | | |
|-----------------|---|---|---------|----------------|
| Outros passivos | - | - | (9.976) | (9.976) |
|-----------------|---|---|---------|----------------|

Resultado

| | Exercício/2021 | | | |
|--|----------------|---|---------|----------------|
| Receitas financeiras | - | - | 2.604 | 2.604 |
| Despesas com captação, administrativas e outras despesas | - | - | (1.145) | (1.145) |

| | 31.12.2020 | | | |
|--|--------------------------|-----------------|-----------------------|-------|
| | Conglom. Banco do Brasil | Votorantim S.A. | Banco Votorantim S.A. | Total |

Ativos

| | | | | |
|-------------------------------|----|---|--------|---------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 38 | - | 28 | 66 |
| Ativos financeiros | - | - | 55.477 | 55.477 |

Passivos

| | | | | |
|-----------------|---|---|---------|----------------|
| Outros passivos | - | - | (8.041) | (8.041) |
|-----------------|---|---|---------|----------------|

Resultado

| | Exercício/2020 | | | |
|----------------------|----------------|---|-------|--------------|
| Receitas financeiras | - | - | 1.080 | 1.080 |

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
 Os principais benefícios oferecidos aos empregados do Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, previstos em acordo coletivo da categoria são: seguro saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados. Dentre os benefícios mencionados, destacamos os programas de remuneração variável.

Os programas de remuneração de curto prazo e longo prazo: Incentivo variável condicionado, Incentivo de longo prazo e programa de compra de ações virtuais, aprovados pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012, foram encerrados no exercício de competência de 2016 com efeitos até 2021. No primeiro semestre de 2017, o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, implementou um novo programa de remuneração variável. São elegíveis ao programa os diretores e empregados da Companhia. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2017 e foi concedido até 2020, com efeitos até fevereiro de 2021.

Plano ILP: Em 2021, o Conglomerado, a qual a Companhia faz parte, implementou para os executivos, um plano de incentivo de longo prazo, que consiste em uma expectativa de direito de recebimento em ações virtuais, condicionado ao desempenho da organização no horizonte do tempo, com o objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos executivos aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor (em relação às práticas ESG - Meio ambiente, Social e Governança, neste exercício os executivos possuem um indicador específico atrelado a ESG e seu resultado impactará na remuneração variável apurada ao final do ciclo); e (iv) criação de uma visão de longo prazo. Este plano tem duração de 4 anos.

Despesas cuja expectativa de realização decorre exclusivamente da prestação de serviços a Companhia pelos beneficiários dos programas de remuneração variável: no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram reconhecidos no resultado da Companhia em Despesas de Pessoal - Proventos R\$ 882 (R\$ 944 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não ocorreram pagamentos aos colaboradores referentes aos programas de remuneração de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou na rubrica Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal o montante de R\$ 2.494 (R\$ 2.238 em 31 de dezembro de 2020). O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados da Companhia e dos registros efetuados diretamente em contas do patrimônio líquido seguindo premissas contábeis vigentes. No valor do referido patrimônio líquido as movimentações não recorrentes são avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do patrimônio líquido base para a valorização da ação virtual.

Movimentação de ações virtuais (1)

| | Exercício/2021 | Exercício/2020 |
|---------------------------|----------------|----------------|
| Quantidade inicial | - | 17.803 |
| Novas/Atualizações | - | 7.331 |
| Pagas | - | (25.134) |
| Quantidade final | - | - |

(1) Inclui as ações virtuais do pessoal chave da Administração da Companhia.

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS
1) Processo de gestão de riscos
 O Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, realiza a gestão do risco de crédito por intermédio da adoção de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento e reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas do risco de crédito, sendo elas a concessão de crédito, monitoramento de crédito e recuperação de crédito.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, a qual a Companhia faz parte, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, a qual a Companhia faz parte, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados. Em síntese, o Conglomerado, a qual a Companhia faz parte, adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:
 • Visão consolidada de riscos;

• Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
 • Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
 • Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
 • Envolvimento da Alta Administração.

Em linha ao estabelecido pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição dispõe de estruturas e políticas institucionais para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez aprovados pelo Conselho de Administração. Os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

a) Risco de crédito
(i) Definição
 Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:
 • Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
 • Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;

• Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
 • Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

Os estágios de enquadramento dos ativos são revisados mensalmente, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira dos clientes. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação. Um ativo migrará de estágio a medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado for revertido, o ativo financeiro poderá voltar para estágios anteriores.

b) Risco mercado
(i) Definição
 Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

Hierarquia de valor justo
 O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco. O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

• **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
 • **Nível 2:** inputs incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
 • **Nível 3:** premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Todos os ativos financeiros estão contabilizados pelo seu valor justo. Os títulos públicos federais enquadram-se no nível 1 e os certificados de depósito bancário enquadram-se no nível 2. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços que representam transações de mercado reais e ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado. O valor justo apurado para os instrumentos financeiros classificados como Nível 1 pressupõe o apreçamento, no mínimo diário, através de cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes.

c) Risco de liquidez
(i) Definição
 Risco de liquidez é definido como:
 • A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
 • Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco operacional
(i) Definição
 Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pela Companhia, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

• Fraudes internas e externas;
 • Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
 • Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
 • Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia;
 • Situações que acarretem a interrupção das atividades da Companhia;
 • Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI);
 • Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pela Companhia.

2) Gerenciamento de Capital
 Em linha com a Resolução CMN nº 4.557, e Circular nº 3.846 do Bacen, o Conglomerado, a qual a Companhia faz parte, dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

• Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
 • Políticas e estratégias documentadas;
 • Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do capital;
 • Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de capital, principais fontes de captação e plano de contingência de capital;
 • Testes de estresse e seus impactos no Capital;
 • Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
 • Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
 • Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.